

EMFA: soberania não corre risco

SÉRGIO COSTA
Correspondente

Rio — O Brasil, como devedor, não pode se impor a um credor, como no caso do Banco Mundial (Bird). Foi dessa maneira que o ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), almirante José Maria do Amaral Oliveira, justificou o fato de o País ter aberto o aerolevantamento do território nacional às organizações estrangeiras, conforme exigência do Bird para o empréstimo de 100 milhões de dólares destinados a um projeto fundiário no Nordeste.

O decreto — assinado pelo presidente José Sarney no dia 31 de maio e publicado no Diário Oficial da União em 3 de junho último, com o número 91.291 — diz que isso “ocorrerá preferencialmente sob a forma de consórcio entre organizações inscritas no EMFA e a organização estrangeira”, que em caso de consórcio o ministério definirá o número de empresas nacionais a participar e que o processamento de dados será realizado no Brasil.

O almirante Amaral Oliveira disse reconhecer o descontentamento em setores das Forças Armadas com o decreto — que colocaria em risco não só questões de estratégia militar nacional, mas também aspectos sócio-econômicos brasileiros —, assegurando não ver perigos para a segurança nacional: “O aerolevantamento será feito por aeronaves brasileiras, as fotos tiradas e reveladas por brasileiros e os dados processados no Brasil, sob nosso controle”, enfatizou.

De acordo com o ministro-chefe do EMFA, o Banco Mundial, ao conceder financiamento, estabelece em suas cláusulas que determinadas atividades serão desenvolvidas atra-

vés de concorrência internacional, e que por isso não viu “uma imposição” do Banco do Brasil. Para ele, “há uma série de declarações sobre o assunto que não atentam à realidade dos fatos, uma concorrência devido a contrato com o Bird foi feita, por exemplo, na construção da ferrovia de Carajás”.

Amaral Oliveira garantiu que é interesse do EMFA “resguardar a posição das empresas civis de aerolevantamento”, e que seu ministério “está perfeitamente atento, com a legislação permitindo controlar tudo, sem que se fira a segurança nacional”.

DIVIDA EXTERNA

O ministro-chefe do EMFA considera a dívida externa “o maior problema da Nova República”, explicando que “os credores têm de entender que vamos pagar a dívida, mas não de acordo com as regras que eles querem impor, assim, entrariamos em recesso”. Ele considerou boa a idéia do Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães (PMB), de que o Congresso participe, “mas talvez não haja tempo para isto, e também o presidente Sarney está sendo claro quanto às negociações”.

O almirante Amaral Oliveira considerou “excelente” o discurso de Sarney, segunda-feira à noite: “Ele avaliou a conjuntura, ditou políticas e definiu os objetivos”. Quanto à possibilidade de o serviço militar obrigatório passar de uma para dois anos, ele disse que os estudos nesse sentido não estão avançando, e que as três forças, consultadas, não reivindicaram a medida.

Ontem, o ministro-chefe do EMFA fez uma palestra para estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG), sob o tema “A Atuação do Estado-Maior das Forças Armadas”.